

GOVERNO PÓS-IMPEACHMENT NA MÍDIA

Marcelo SAPARAS (UFGD)
Sumiko Nishitani IKEDA (PUC-SP)

RESUMO: A análise do discurso crítica não precisa adotar, como ponto de partida, os processos sociais, ideológicos e políticos envolvidos em cada caso; ao contrário, pode-se partir do próprio texto e examinar sua estrutura geral como a uma lousa, na qual contextos ideológicos são inscritos em vários níveis. Assim, por meio de uma análise sistêmico-funcional, empregando todos os métodos e instrumentos que a abordagem oferece, pode-se revelar esses processos. Para tanto, consideram-se as estruturas lexicogramaticais dentro de um enquadre de uma metáfora construída que não só permeia e domina todo o editorial, mas também forma a espinha dorsal da sua estrutura argumentativa. A pesquisa examina, nesse sentido, um editorial publicado no jornal Folha de S.Paulo sobre o início do governo Temer, pós-impeachment de Dilma Rousseff. O estudo conta com a proposta teórico-metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional, bem como com a Teoria da Metáfora.

ABSTRACT: Critical discourse analysis needs not adopt, as a starting point, the social, ideological, and political processes involved in each case; on the contrary, one can start from the text itself and examine its general structure as a blackboard, in which ideological contexts are inscribed on several levels. Thus, through a systemic-functional analysis, employing all the methods and instruments that the approach offers, these processes can be revealed. To this effect, lexicalgrammatical structures are considered within a framework of a constructed metaphor that not only permeates and dominates the whole article, but also forms the backbone of its argumentative structure. The research examines, in this sense, opinion articles published in the newspapers Folha de S.Paulo and The New York Times on the Temer post-impeachment government. The study has the theoretical-methodological framework of Systemic-Functional Linguistics, as well as the Theory of Metaphor.

Introdução

Em artigo que faz parte do meu projeto de pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, analisei o impeachment de Dilma Rousseff, processo caracterizado por polêmica e divergência de opiniões no Parlamento e na sociedade. Dilma, em 31 de agosto de 2017 teve cassado o mandato de presidente, mantendo, porém seus direitos políticos. Michel Temer assumiu definitivamente, então, a presidência da República.

Interessou-me, por ora, verificar como tem sido avaliado o papel de Temer no exercício de sua nova missão pela mídia brasileira, o que faço por meio da análise de um editorial publicados no jornal Folha de S.Paulo. Antes, porém, faço algumas considerações sobre o modo como se pode fazer uma análise sociocognitiva de um editorial, iniciando com reflexões sobre a função da língua.

A língua, um sistema de signos, não pode mais ser considerada como um sistema de regras e estruturas contida em si mesma, afirmam Kitis e Milapides (1997). Esse exame isolado da língua, com ênfase em estruturas e códigos, sistema e produto, como se os usuários não pudessem manipulá-la para controlar seu meio ambiente e suas relações, desconsidera as dimensões sociais e ideológicas dela. A língua está inserida nas estruturas e processos sociais, políticos e ideológicos. O significado não é uma entidade congelada, mas é gerado e regerado na medida em que se encontra imerso nos processos

e estruturas que o constitui. Porém ele é também constituído por esses processos e estruturas. Levar em conta esses fatores envolve uma análise do discurso da língua, isto é, uma análise da língua como discurso.

No entanto, embora reconhecendo esses fatos, Kitis e Milapides (1997) sugerem que uma “leitura atenta” do texto, pode contribuir significativamente para a realização das condições sociais que regem os atos da produção, bem como a interpretação e o consumo de textos. Assim, não é preciso adotar, como ponto de partida, as estruturas e processos sociais, ideológicos e políticos envolvidos em cada caso; ao contrário, pode-se partir do próprio texto e examinar sua estrutura geral como a uma lousa, na qual contextos ideológicos são inscritos em vários níveis. Assim, por meio de uma análise sistêmico-funcional, empregando todos os métodos e instrumentos que a abordagem oferece, pode-se revelar essas condições.

Nesse sentido, diz Li (2010), a escolha lexical e a coesão constroem significados no discurso que transcendem os significados referenciais de cada palavra por meio da interação de itens lexicais que se relacionam semântica e pragmaticamente. "A escolha lexical", escreve Van Dijk (1988, p. 177), "é um aspecto eminente do discurso de notícias em que opiniões ou ideologias ocultas podem surgir". Itens lexicais que retratam a situação política e seus formadores de políticas de forma negativa fazem parte do texto, implicitamente, se não explicitamente. O que é particularmente notável nos editoriais em estudo é o uso abundante de relações lexicogramaticais, que gradualmente, mas consistentemente, constroem uma metáfora dominante que permeia toda a estrutura do texto, confirmando as palavras de Lakoff e Johnson (198) de que a presença difusa da metáfora em nossa linguagem evidencia as estruturas cognitivas metafóricas de nosso sistema conceitual.

A presente pesquisa, na esteira de Kitis e Milapides (1997), considera as estruturas lexicais e gramaticais dentro de um enquadre de uma metáfora que não só permeia e domina todo o texto, mas também forma a espinha dorsal da sua estrutura argumentativa. O que se salienta nessa análise multinivelada é a preponderância de certas suposições de natureza ideológica, que, embora não formem parte da estrutura formal do texto, são aspectos de interpretação sub-repticiamente insinuados no subtexto do texto. A pesquisa examina, nesse sentido, um editorial publicado no jornal Folha de S.Paulo.

O editorial espera persuadir o leitor sobre o ponto de vista a respeito de determinada questão, munindo os leitores de preconceitos, e assim contribuir para manter um hábito do leitor. É nesse ponto que a ideologia entra no editorial, na medida em que como parte de suas funções deve atingir e confirmar os interesses, preocupações e pontos de vista dos leitores. A ideologia aqui é nas palavras de Thompson (1984, p. 1), “o pensamento de outros” na medida em que é uma interpretação pelo jornal daquilo que o leitor *quer* ler.

Nesse contexto, de persuasão do leitor sobre a validade das afirmações do escritor, deve-se considerar que o trabalho do editor está sendo constantemente avaliado (HUNSTON, 1993; VESTERGAARD, 2000). Não está ainda claro, em muitos trabalhos sobre ideologia no discurso, o modo como as entidades presentes no texto são avaliadas, isto é, quais entidades são “boas” e quais são “más”, afirma Hunston (1993). Esse aspecto importante da ideologia – o sistema de valores – pode ser descrito linguisticamente em termos de *avaliação* presente nos textos. A avaliação pode ser definida como qualquer coisa que indique a atitude do escritor em relação ao valor de uma entidade no texto. Em muitos gêneros, essa avaliação é articulada em termos de julgamento pessoal, mas pode ser social ou institucional.

Além disso, um papel importante na comunicação persuasiva, segundo Valluari e Masia (2014), consiste na avaliação implícita – significados aparentemente “fatuais”, experienciais, que podem ser “saturados” em termos interpessoais –, e que têm a capacidade de evocar no leitor respostas avaliativas, dependendo da sua posição de leitura social/cultural/ideológica. Os conteúdos são expressos de modo implícito principalmente por

meio de *implicaturas*, enquanto a responsabilidade do falante é conservada implícita principalmente por meio da *pressuposição* e da *topicalização*. Esses dois fatores – pressuposição e topicalização – ao esconderem a responsabilidade do falante, parecem alcançar maior impacto de implicitude do que a implicatura (que esconde conteúdo nocional).

Além da manchete do editorial e seu parágrafo final, que são caracterizados por um estilo claramente argumentativo (avaliações explícitas, julgamentos autorais implícitos, além de algumas perguntas retóricas), explicam Kitis e Milapides, a estrutura do texto é majoritariamente constituída por declarações descritivas e narrativas: as sequências de eventos são narradas em sequências de tempos passados. Nesse sentido, Reynolds (2000) busca mostrar como a textura do discurso é criada por meio da mistura de modos textuais – descrição, narração e argumentação – no contexto de um gênero específico, o editorial de jornal. A razão para tal fusão deriva da necessidade de apoiar o argumento com evidência, já que a natureza da verdade das afirmações expressas no discurso deve passar pelo seguinte teste: a verdade é verificável literalmente ou não? Se a resposta é “sim”, então é narrativa ou descrição; se “não”, é um argumento.

Em resumo, não podemos escapar da realidade compreensiva ou do nosso mundo por meio da linguagem, porque a realidade é sempre estruturada ou reconstruída por meio da linguagem, como mostram nossos exemplos acima. Entretanto, como os dados também mostram, há uma diferença entre a linguagem neutra e o que se poderia chamar de linguagem emocionalmente carregada; esta apela para nossas emoções, e não para a parte cognitiva de nós mesmos, e é principalmente essa qualidade que diferencia a imprensa marrom da imprensa imparcial e os tabloides dos chamados jornais de qualidade. Enquanto a visão predominante de que este aspecto da linguagem ligado a certas escolhas de vocabulário e, particularmente, a metáfora, a linguística crítica, no entanto, nos fez perceber que a realidade não é construída apenas em termos do léxico usado (FOWLER, 1987), mas que nossa escolha de estruturas linguísticas para representar determinados (aspectos de) eventos, processos ou estados é tão significativa do ponto de vista das ideologias que elas refletem e, portanto, constituem. A seguir, mostraremos alguns aspectos do uso da linguagem que ajudam a mediar e construir um tipo particular de universo.

Este artigo tem o apoio da proposta teórico-metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional, que abriga a Teoria da Avaliatividade, bem como da Linguística Crítica. Além disso, recorre à Teoria da Metáfora, bem como às noções de implicatura, pressuposição e tematização que contribuem para a realização da persuasão implícita.

A pesquisa responde às seguintes perguntas: (a) com referência à representação do governo Temer, que papel exerce a implicatura/pressuposição no processo persuasivo do editorial analisado? (b) qual é a importância da coesão lexical no processo metafórico da persuasão? (c) Qual é a contribuição da avaliatividade nesse processo?

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo acolhe as teorias que embasam a análise de editoriais em foco: a proposta teórico-metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994, 2004), que abriga as noções de modalidade, avaliatividade, bem como propostas que se amparam nessa teoria, tais como, a Linguística Crítica (FOWLER, 1991), a coesão lexical e a análise crítica da metáfora (CHARTERIS-BLACK, 2004). Com referência à persuasão – explícita ou implícita – recorre à proposta de Valluari e Masia (2014) sobre implicatura, pressuposição e tematização,

1.1 Linguística Sistêmico-Funcional

1.1.1 Modalidade

Em termos da metafunção interpessoal, a oração está organizada como um evento interativo, envolvendo produtor e receptor da mensagem, e focaliza a interação como uma troca de bens e serviços (proposta) ou de informação (proposição) (HALLIDAY, 1994), dividindo-se em *mood*¹ e resíduo.

O *mood* envolve: sujeito + finito (e modalidade) e o resíduo envolve: predicador, complemento e adjunto modal. O resíduo consiste de elementos funcionais de três tipos: predicador, complemento e adjunto. Há apenas um predicador, um ou dois complementos e um número indefinido de adjuntos até, em princípio, cerca de sete, segundo Halliday.

O *mood* estabelece relações entre papéis de falante e de ouvinte, por meio de: (i) orações declarativas (afirmativas ou negativas), interrogativas, imperativas e, no caso do português, as subjuntivas; (ii) modalidade, que inclui verbos modais (ex., *precisar, poder, querer*), adjuntos modais (ex., *talvez, certamente*) e o tempo primário (tempo verbal).

A modalidade expressa a avaliação dos interlocutores sobre o conteúdo da mensagem, bem como do interlocutor. Assim, a proposição refere-se ao dar/pedir informação e pode ser modalizada segundo a probabilidade da informação ou sua frequência; a proposta refere-se ao dar/pedir bens e serviços, sendo modulada por meio da modalidade de obrigação ou de desejabilidade (conforme Quadro 2).

Quadro 2 – Modalidade (Entre o SIM e o NÃO)

DAR	PEDIR	Produto	MODALIDADE	
Informação		Proposição (Informação)	Modalização	<u>Probabilidade</u> (epistêmica): <i>talvez</i>
e.g. São duas horas.	e.g. Quem é ele?			<u>Frequência</u> : <i>geralmente, sempre</i>
Bens e Serviços		Proposta (Bens & Serviços)	Modulação	<u>Obrigação</u> (deôntica): <i>deve, precisa</i>
e.g. Deu-lhe flores.	e.g. Me passa isso?			<u>Desejabilidade</u> : <i>quero</i>

Fonte: Halliday (1994)

Halliday (1985, p.163-164) menciona também os epítetos atitudinais (que foram estudados por Martin (2000) com o nome de *appraisal* (traduzido por *avaliatividade*).

Finalmente quanto ao papel dos significados considerados pela LSF, a metafunção interpessoal da linguagem é hoje a mais relevante para as pesquisas recentes, já que as escolhas lexicogramaticais que se fazem tanto na metafunção ideacional, quanto na textual, são feitas tendo sempre em vista a interlocução, ou seja, a metafunção interpessoal.

Talvez por esse motivo, a metafunção interpessoal tem recebido contribuições que fortaleceram seu poder analítico. Assim é a noção de avaliatividade, que apresento a seguir.

1.1.2 Avaliatividade

Na LSF, a avaliação é estudada sob a denominação de avaliatividade, Martin (2000), um sistema que trata do posicionamento do escritor em relação à mensagem e ao interlocutor, em termos de sentimento, julgamento ético de pessoas e apreciação estética de objetos. Inclui

¹*Mood* tem sido traduzido por Modo (com inicial maiúscula). Decidimos manter o termo do original inglês, para evitar confusão com Modo, variável de Registro (contexto situacional).

recursos graduáveis para a avaliação de pessoas, lugar e coisas de nossa experiência (atitude), para ajustar nosso compromisso com o que avaliamos (engajamento) e para aumentar ou abaixar a avaliação (graduação).

Martin (2000) descreve a atitude em termos de três dimensões: afeto, julgamento e apreciação. Afeto é o recurso distribuído para construir respostas emocionais (felicidade, tristeza, medo, ódio etc.); julgamento é disposto para construir avaliações morais de comportamento (ético, decepcionante, bravo etc.); e apreciação constrói a qualidade “estética” dos processos semióticos do texto, e fenômenos naturais (notável, desejável, harmonioso, elegante, inovador etc.) (MARTIN, 2000, p. 145-146).

Há vários modos de analisar a avaliatividade. A análise pode focalizar expressões de atitude, com o analista construindo padrões de escolha “de baixo”, ou pode começar com o ambiente textual e explorar os padrões de escolha do ponto de vista da função semântica de ordem superior, “de cima”.

O desafio analítico de distinguir entre atitudes projetadas pelos personagens e pelo texto como um todo requer que codifiquemos as escolhas lexicais menos com base nas suas propriedades gramaticais inerentes e mais com base na sua origem e sua função no texto. No estudo de Macken-Horarik (2003), foi enfocada a função axiológica das escolhas de avaliatividade. Nessa perspectiva mais narratológica, a criação de empatia predirá certas combinações de escolhas para atitude e as combinações que interessam.

Os valores atitudinais acumulam significados com base na companhia que mantêm e as relações que contraem com outras palavras no texto. Dado que o ambiente da axiologia do texto é o texto, uma frase pode carregar atitude de algum lugar do texto. Trechos do texto não marcados explicitamente para atitude podem carregar significados avaliativos em virtude de seus elos coesivos para outras partes mais atitudinais do texto.

De fato, o desenvolvimento de um enquadre para a identificação e codificação das escolhas de avaliatividade representa apenas um aspecto do relato do posicionamento do leitor sobre a narrativa. Precisamos também de um aparato para explicar como as escolhas de atitude influem na formação da empatia e percepção no leitor ideal.

Há dois modos básicos de avaliatividade que são importantes para a narrativa: inscrita e evocada. Elas podem ocorrer separadamente ou combinadas de diferentes modos dentro de uma frase do texto. A avaliatividade inscrita torna a atitude explícita através de léxico avaliativo ou de sintaxe. Ela se introduz diretamente no texto por meio de epítetos atitudinais ou relacionais ou adjuntos de comentário.

A avaliatividade evocada é alcançada pelo enriquecimento do léxico de algum tipo através de um ou mais trechos do texto e pode envolver uma infusão sutil de sentimento na sequência do evento. É o que Martin (2000) chama de *tokens* de atitude e são mais difíceis de perceber do que as inscritas porque seu significado é mais de transferência do que literal. Contudo a avaliatividade evocada é importante porque é o mecanismo primário pelo qual o texto se insinua nas atitudes do leitor.

Naturalmente a avaliatividade evocada torna toda a tarefa da análise linguística mais difícil. Mas mesmo as expressões abertamente atitudinais são vozeadas por personagens e daí relativizadas pelo texto.

Os leitores também são sensíveis a síndromes ou complexos de significado atitudinal e aos modos como confirmam, opõem-se ou transformam escolhas de palavras em outros locais do texto. Essas configurações de escolhas avaliativas relevantes criam o que Thompson (1998) denomina “ressonância” – uma harmonia de significados que é um produto de uma combinação de escolhas não identificáveis com qualquer outra escolha, consideradas isoladamente. Como veremos na análise do modo de avaliatividade, as expressões de atitude evocadas [implícitas] e inscritas [explícitas] entram numa espécie de dança através do texto criando um espaço semântico mais amplo que, por si, se torna avaliativo. Outros perceberam

esse fenômeno em estudos de avaliação. Hunston e Thompson (2000), por exemplo, falam sobre a complexidade de sua realização em diferentes discursos, e Lemke (1998) sobre a qualidade propagativa da avaliação. A esse respeito – embora algumas partes do texto possam ser mais ou menos interpessoalmente salientes do que outras – precisamos ver todo o texto como aberto para e criativo de avaliação, seja ela implícita ou explícita.

Macken-Horarik (2003) modela esse processo em termos de uma relação semântica entre fases que ela chama de metarrelações, com o prefixo “meta”- indexando o significado de ordem superior dessas relações. A criação de empatia depende da combinação de fases em que uma confirma a outra e que filtra a experiência por meio da consciência da personagem. Podemos construir essa relação como uma configuração de metarrelações. Há uma harmonia de escolhas de avaliatividade nesses domínios experienciais que confirmam nossa impressão de seus valores (confirmação).

A percepção ética é o resultado de um conjunto de relações semânticas (ou metarrelações) com as que cocriam empatia. No caso de julgamento do correto ou do errado de um comportamento, vemos que as avaliações externas são cruciais. Avaliações externas estabelecem um centro alternativo de avaliação.

O Quadro 3 apresenta um resumo das metarrelações que são importantes para a criação de empatia e percepção nos leitores ideais.

Quadro 3 - Avaliatividade interna e externa

Metarrelação	Significado semântico
Confirmação	Fase que cria equivalência com fase (s) anterior (es) por meio de escolhas de avaliatividade semelhantes.
Oposição	Fase que cria contraste com fase (s) anterior (es) por meio de escolhas de avaliatividade opostas.
Transformação	Fase que cria mudança de significado em relação a fase (s) anterior (es) por meio de mudança nas escolhas de avaliatividade.
Avaliação interna	Fase que projeta a visão interior e os sentimentos do personagem.
Avaliação externa	Fase que verbaliza a visão interna e os sentimentos do personagem.

Fonte: Macken-Horarik (2003)

A categoria como a metarrelação é importante porque possibilita interpretar a copadronização de escolhas de avaliatividade em certas fases e construir as relações semânticas entre uma fase e outra. Assim, podemos tratar não somente de formas explícitas de avaliação como a avaliatividade inscrita, mas também de escolhas de avaliatividade implícita através de longos trechos do texto. Podemos ver os modos pelos quais as combinações de escolhas conspiram, para criar atitudes específicas no leitor ideal conforme ele processa o texto. E podemos ver como certas configurações de metarrelações coocorrem em diferentes aspectos no posicionamento do leitor. Enquanto a empatia favorece a seleção de confirmações, as oposições e avaliações internas, percepção ética favorecem as avaliações externas, internas e transformações.

1.2 Linguística Crítica

A Linguística Crítica é uma abordagem que foi desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (FOWLER et al., 1979; KRESS; HODGE, 1979). Eles tentaram casar um método de análise linguística textual com uma teoria social da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria linguística funcionalista associada a Michael Halliday (1978, 1985), a Linguística Sistêmico-Funcional.

A posição padrão dos estudiosos da mídia considera o jornal como sendo um construto que deve ser entendido em termos sociais e semióticos. Todos reconhecem a importância da língua nesse processo de construção, mas na prática, segundo Fowler, a língua recebe um tratamento relativamente pequeno. Por isso, é seu objetivo dar à língua a devida importância, não somente como um instrumento de análise, mas também como um modo de expressar uma teoria geral da representação.

O ponto teórico principal na análise de Fowler é de que *qualquer* aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica - seleção lexical, opção sintática, etc. – todos têm sua razão de ser. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos não são alternativas acidentais. Diferenças em expressão trazem distinções ideológicas e, assim, diferenças de representação.

Sabe-se que a linguística, segundo a ortodoxia predominante, é uma disciplina *descritiva*, que não prescreve o uso da língua nem avalia negativamente a substância de seus questionamentos. Mas, para Fowler, na medida em que há, sempre, valores implicados no uso da língua, deve ser justificável praticar um tipo de linguística direcionada para a compreensão de tais valores. Esse é o ramo que se tornou conhecido como Linguística Crítica.

A análise crítica está interessada no questionamento das relações entre signo, significado e o contexto sócio-histórico, que governam a estrutura semiótica do discurso, usando um tipo de análise linguística. Ela procura, estudando detalhes da estrutura linguística à luz da situação social e histórica de um texto, trazer para o nível da consciência os padrões de crenças e valores que estão codificados na língua – e que estão subjacentes à notícia, para quem aceita o discurso como “natural”. Não é um procedimento que automaticamente produz uma interpretação “objetiva”.

1.3 Coesão Lexical

A escolha lexical e a coesão constroem significados no discurso que transcendem os significados referenciais de cada palavra por meio da interação de itens lexicais que se relacionam semântica e pragmaticamente (LI, 2010). "A escolha lexical", escreve Van Dijk (1988, p. 177), "é um aspecto eminente do discurso de notícias em que opiniões ou ideologias ocultas podem surgir". Itens lexicais que retratam a situação política e seus formadores de políticas de forma negativa fazem parte do texto, implicitamente, se não explicitamente. O que é particularmente notável nos editoriais em estudo é o uso abundante de relações lexicogramaticais, que gradualmente, mas consistentemente, constroem uma metáfora dominante que permeia toda a estrutura do texto, confirmando as palavras de Lakoff e Johnson (198) de que a presença difusa da metáfora em nossa linguagem evidencia as estruturas cognitivas metafóricas de nosso sistema conceitual.

A escolha lexical e a coesão constroem significados no discurso que transcendem os significados referenciais de cada palavra por meio da interação de itens lexicais que se relacionam semântica e pragmaticamente. A coesão lexical não é um recurso estável que liga informações no texto; é um processo dinâmico que formata o significado no texto e contribui para a informação geral. Assim, a coesão lexical pode fornecer intravisiões importantes no processo da construção da ideologia do texto.

Essa visão condiz com a teoria conceitual da metáfora, de Lakoff e Johnson (1980). Como um mapeamento ontológico e epistêmico por meio de domínios conceituais (da fonte para a meta), a metáfora não é apenas uma questão de língua, mas também um conceito intimamente ligado ao pensamento e ao raciocínio, que tem consequências sócio-políticas. As metáforas conceituais e a coesão lexical influem em nossas experiências cognitivas e nos predispõem a ver aspectos da realidade de um certo modo. A análise da coesão lexical neste

capítulo enfoca as repetições de itens lexicais relacionadas colocacionalmente que constroem metáforas dominantes que funcionam como temas organizacionais criando um determinado entendimento do evento do bombardeio nos dois jornais.

Li (2010) mostra, no seguinte exemplo, a construção da metáfora da enchente PROTESTO É ENCHENTE, representando a ira dos chineses que tiveram sua embaixada atacada pelas forças da OTAN:

- 1 *Large, angry protests erupted around American Government offices in several cities* (Grandes protestos irados irromperam em escritórios do governo americano em várias cidades).
- 2 *The protests marked an extraordinary moment in a controlled country where such outbursts are normally forbidden.* (Os protestos marcaram um momento extraordinário em um país controlado onde tais manifestações são normalmente proibidas.).
- 3 *A group of 50 demonstrators burst through police lines* (um grupo de 50 manifestantes atravessa linhas policiais).
- 4 *They were certainly unprepared for the outpouring of anger that gathered throughout the day* (eles estavam certamente despreparados para o derramamento de raiva que se acumulou ao longo do dia).
- 5 *The current outburst of nationalistic emotion* (A atual explosão de emoção nacionalista).
- 6 *The bombings have allowed dormant nationalism and anti-western sentiments to surge to the surface* (Os bombardeamentos permitiram que o nacionalismo adormecido e os sentimentos anti-ocidentais subissem à superfície).
- 7 *A powerful surge of anti-American sentiment was unleashed after last week's bombing.* (Uma onda poderosa de sentimento antiamericano foi desencadeada após o bombardeio da semana passada).

A análise rompe com abordagens tradicionais de linguística crítica, na medida em que não se limita a atenção a aspectos de gramática e lexis como áreas isoladas ou estáticas ou fontes de significado ideológico, mas examina esses aspectos envolvidos em processos dinâmicos dentro da formação geral do texto. Portanto, independentemente do fato de que o texto reconstrói uma certa versão da realidade (com os efeitos ideológicos concomitantes), esses aspectos estruturais são vistos aqui como discretamente transformando um estilo em outro, alimentando a construção de uma metáfora dominante global.

Essa metáfora abrangente assegura a compreensão do texto dentro de uma certa perspectiva ideológica. Essa perspectiva é construída por analogia, ou seja, pelas relações intertextuais entre a metáfora construída, por um lado, e por suas interpretações analógicas (em termos de ficções paralelas convencionais, mitos e paradigmas), por outro.

A construção dessa metáfora dominante é produzida por "minimetáforas", sendo peças do mesmo enigma que a metáfora principal. Da mesma forma que o segundo deriva sua construção dessas metáforas parciais (manifestadas principalmente nos níveis semântico e sintático), as metáforas parciais também recorrem ao tema da metáfora dominante para a construção de seu significado. Diante dessa interdependência, deve-se analisar com alguma profundidade as estruturas e formações, lexicais e gramaticais, que estão implicadas nesse procedimento.

1.4 Análise Crítica da metáfora

A Análise Crítica da Metáfora é a abordagem da análise da metáfora que objetiva revelar as intenções cobertas (e possivelmente inconscientes) dos usuários da língua. Cameron e Low (1999^a, p. 88) descrevem três estágios na metodologia da análise da metáfora:

A metodologia da análise da metáfora procede à coleta de exemplos de metáforas linguísticas usadas para falar sobre o tópico ... generalizando a partir delas em

direção às metáforas de conceitos que exemplificam, e usando os resultados para sugerir padrões de compreensão e pensamento que constroem ou restringem as crenças e ações das pessoas.

É interessante ver que esses estágios referem-se de maneira muito semelhantes aos três estágios de Fairclough (1999^a, p. 6) de identificação, interpretação e explicação, que são, por sua vez, baseados na linguística funcional de Halliday (1985) e que consiste na metodologia da ACD. A identificação da metáfora está inicialmente interessada com o significado ideacional – isto é, identificar se eles estão presentes no texto e estabelecer se há uma tensão entre o domínio da fonte literal e o domínio do alvo metafórico. A interpretação da metáfora interessa-se pelo significado interpessoal – isto é, identificar o tipo das relações sociais que são construídas através dela. A explicação da metáfora está interessada no significado textual: isto é, o modo como as metáforas estão inter-relacionadas e se tornam coerentes com referência à situação em que ocorrem.

A análise da metáfora deveria ser um componente central da análise crítica do discurso, afirma Charteris-Black (2004). Isso porque as metáforas são usadas persuasivamente para expressar avaliação, e assim constituir parte da ideologia dos textos. Kress e Hodge (1993, p. 15) sugerem que “a ideologia envolve uma apresentação sistematicamente organizada da realidade”. Com isso em mente, Charteris-Black afirma que a metáfora é vital na criação dessa apresentação da realidade; é o que Fairclough (1995a, p. 71) descreve como “a configuração total das práticas discursivas de uma sociedade ou uma de suas instituições”.

Nesse sentido, Flood (1996, p. 14 apud Charteris-Black, 2004) afirma que “a ideologia existe como um fenômeno social por ser comunicada por meio de ações verbais que direta ou indiretamente justificam os cursos da ação política”. Por seu lado, Charteris-Black afirma que o potencial pragmático da metáfora em evocar respostas emotivas mostra que é exatamente essa a forma de ação verbal. A metáfora é, por isso, central para a análise do discurso crítica uma vez que se relaciona com a formação de uma visão coerente da realidade. A análise crítica de contextos de metáforas em corpora grande pode revelar intenções subjacentes do produtor do texto e assim serve para identificar a natureza de certas ideologias.

O objetivo de Charteris-Black é mostrar o potencial da metáfora em construir representações do mundo que influem na compreensão humana de vários aspectos da vida social e política e por seu papel vital em formar e influenciar crenças, atitudes e ação. Há, pois, dimensões ideológicas e retóricas importantes na metáfora.

1.5 Implicatura, Pressuposição e Topicalização

Valluari e Masia (2014) afirmam que a implicitude, além de ser um traço indispensável da língua - cuja primeira função é econômica por natureza – também desempenha um papel importante na comunicação persuasiva. Os conteúdos são expressos de modo implícito principalmente por meio de implicaturas, enquanto a responsabilidade do falante é conservada implícita principalmente por meio da pressuposição e da topicalização. Esses dois fatores – pressuposição e topicalização – ao esconderem a responsabilidade do falante, parecem alcançar maior impacto de implicitude do que a implicatura (que esconde conteúdo nocional).

Segundo os autores, pelo menos desde Frege (1892, p. 40), ficou claro para os estudiosos que tratam da língua e do texto (embora o fato já estivesse claro para os profissionais da retórica, por milênios) que a apresentação implícita de conteúdo pode facilitar a persuasão da audiência. Esse fato é evidente para pressuposições (cf. STRAWSON, 1964; GARNER, 1971; DUCROT, 1972), mas é fácil ver que também se aplica às implicaturas (cf. GRICE, 1975).

Tanto nas implicaturas, quanto nas pressuposições, parte da mensagem permanece implícita. No caso das implicaturas, é o próprio conteúdo da mensagem que não é expresso:

- (1) - *João já voltou a Paris?*
- *Bom, há uma bicicleta vermelha em frente da floricultura.*

Em (1), o conteúdo “João voltou” não é expresso abertamente. O ouvinte deve entender por meio do conhecimento compartilhado (de acordo com os Princípios de Cooperação, de Grice) algo como: João tem uma bicicleta vermelha, e a florista, digamos, ser a namorada de João, etc. De fato, se esse conhecimento indicar que a bicicleta é do Pedro, rival de João, (1) indicará que “João não voltou”.

No caso da pressuposição, o que permanece implícito não é o conteúdo nocional da mensagem, mas a responsabilidade (o endosso, pelo falante, da responsabilidade pela sua verdade).

- (2) *Kay está no país. Seu crime será punido.*

Em (2), a ideia de que Kay cometeu um crime é aceita sem discussão, por meio da descrição definitiva *seu crime*. Mais precisamente, o falante apresenta esse conteúdo como se ele estivesse convicto de que o ouvinte já está ciente disso, tal que ele não precise expressá-lo. Senão teria dito:

- (3) *Kay cometeu um crime.*

Esse ato de informar o ouvinte está ausente em (2) ou, mais precisamente, ele é deixado de lado e é tratado como não necessário. O falante implica diretamente um mundo em que o ouvinte já sabe do conteúdo de (3).

Assim, enquanto as implicaturas “contêm” (mas escondem) o conteúdo a ser considerado como verdadeiro, as pressuposições contêm, mas escondem o próprio ato de propô-lo como verdadeiro. Esse fato é mais efetivo para o propósito de persuadir alguém sobre certo conteúdo, porque ele dá a aparência de que o falante não se compromete a transferir esse conteúdo (porque já é do conhecimento do leitor). Em vez de um mundo em que o falante quer que o ouvinte acredite em algo, a pressuposição constrói um mundo em que o falante acredita que o ouvinte já sabe e concorda sobre esse algo, tanto que não seria necessário afirmá-lo novamente, mas apenas resumi-lo para garantir o entendimento do restante. O falante aparentemente não tem nenhuma *intencionalidade* ligada ao conteúdo.

Um outro efeito da pressuposição relaciona-se à economia de esforço durante o processamento das trocas comunicacionais. Se um conteúdo já é conhecido do ouvinte, o falante não deve ignorar esse fato e deve apresentar essa informação como pressuposta. Pelo contrário, o ouvinte deve ser instruído a tratar essa peça de informação como completamente nova, a focar sua atenção sobre ela e a “construí-la” como uma nova informação em sua mente.

Na verdade, se uma informação é apropriadamente apresentada como pressuposta o ouvinte prestará *menos atenção ao seu conteúdo*, por que ele vem com um “aviso” de que ele não precisa de um exame mais atento, já que é conhecido por ele. Essa é a essência da pressuposição de um conteúdo: *instruir o ouvinte a prestar menos atenção a ele*, porque não há necessidade de mais para entender a mensagem.

A pressuposição pode, assim, preencher uma outra função além das duas anteriormente citadas. A apresentação da informação como se não precisasse ser processada completamente, embora seja desconhecida do ouvinte, pode não somente significar economia de esforço, mas também evitar que a informação seja totalmente entendida. Se uma

informação é duvidosa ou mesmo falsa, o ouvinte não a aceitará se ele prestar a devida atenção, mas pode aceitá-la se, prestando menos atenção, ela permanecer parcialmente inconsciente sobre seus componentes mais questionáveis.

1.6 Legitimização

Em teoria e origem, afirma Reyes (2011), “legitimização” (doravante, LEG) significa tornar algo legal ou legalizado. Assim, a LEG refere-se ao processo pelo qual os falantes dão crédito ou licenciam um tipo de comportamento social (mental ou físico). O processo de LEG atua por meio da argumentação, isto é, por meio de argumentos que explicam as ações, ideias, pensamentos, declarações, etc. sociais. Além disso, a LEG relaciona-se a um objetivo, que, na maioria dos casos, é a procura de apoio e de aprovação do interlocutor, podendo ter diferentes motivos: obtenção ou manutenção do poder, alcance de aceitação social, aumento de relações na comunidade, popularidade ou fama, etc. Reyes trata de cinco casos de LEG:

1. A LEG através de emoções - O apelo às emoções permite aos atores sociais enviesar a opinião de seu interlocutor ou audiência sobre um determinado assunto.

2. A LEG através de futuro hipotético - Colocar uma ameaça no futuro que requeira uma ação iminente no presente é outra estratégia expressa no discurso político (DUNMIRE, 2007). Os atores políticos exercem seu poder falando do futuro com o emprego de escolhas e estruturas linguísticas específicas, tais como sentenças condicionais do tipo: “Se você fosse (prótase) → eu iria [apódose]”, ou “Se você for [prótase] → eu irei [apódose]”, a ordem da prótase e da apódose sendo intercambiáveis como em: “este perigo só crescerá se ... a Al-Qaeda puder operar com impunidade” (OBAMA, 1/12/09).

3. A LEG através de racionalidade hipotética - A LEG é colocada em prática quando os atores políticos apresentam o processo da LEG como um processo em que as decisões seriam resultado de um procedimento examinado, avaliado e pensado. Van Leeuwen refere-se a essa racionalização como “Racionalização Teórica” (VAN LEEUWEN, 2007).

4. LEG através das vozes de *experts* - As vozes de *experts* são colocadas no discurso para mostrar à audiência que especialistas em determinados campos estão apoiando as propostas políticas com suas sábias declarações. Essa LEG refere-se à “autorização” (VAN LEEUWEN, 2007) que o falante traz para o contexto imediato da fala corrente para fortalecer sua posição.

5. A LEG através do Altruísmo - Os falantes públicos, em particular, e atores sociais, em geral, garantem que suas propostas não representam interesses pessoais. Eles se apresentam, por exemplo, como estando a serviço dos eleitores, assim legitimizando as propostas como um bem comum que melhorarão as condições de uma da comunidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa de caráter qualitativa, caracterizada pela investigação e interpretação do pesquisador, em que uma entidade é estudada como uma unidade e tem limites claros, em termos de perguntas feitas, recursos de dados usados e do contexto envolvido e tem o apoio da Linguística Sistêmico-Funcional - um modelo multiperspectivo, designado a dar aos analistas lentes complementares para a interpretação da língua em uso.

Levo em conta, de acordo com Fowler (1991), Charteris-Black (2004) e de Kerbrat-Orecchioni (2004), que o apoio teórico em pesquisa de linguística aplicada tende a ser eclético, empregando metodologia mista, “já que os mesmos recursos não são apropriados

para descrever diferentes níveis e componentes da interação, sendo necessário o apelo a várias tradições descritivas” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2004, p. 9).

2.1 Dados

Será analisado um editorial da Folha de S.Paulo, “O balanço de Temer”, publicado em 29.05.17, logo após a posse do presidente.

2.1 Procedimentos de análise

Para responder às perguntas de pesquisa: (a) com referências às representações nos editoriais, como é feita a persuasão por meio das metáforas conceptuais? (b) qual é a importância da coesão lexical no processo metafórico da persuasão? sigo os seguintes procedimentos, que devem sofrer alteração conforme se processa a análise:

- (a) Apresentação do editorial, na íntegra, para garantir a questão do contexto situacional.
- (b) Cada trecho selecionado será examinado por meio da aplicação da análise das metafunção ideacional, por meio da transitividade, na linha imediatamente abaixo do trecho do texto examinado.

Na linha seguinte, será feita a análise da metafunção interpessoal via modalidade e avaliatividade.

- (c) A análise em (b) será seguida, para cada trecho, de uma Interpretação em que se tratará dos recursos retóricos utilizados pelo editorial.

Para facilitar o acompanhamento da análise, sigo a seguinte codificação:

- CAIXA ALTA – indicação do processo
- Sublinhado – participantes e circunstâncias
- **Negrito** – análise da avaliatividade e da modalidade
- (+) ou (-) se a avaliatividade for positiva ou negativa, respectivamente.
- (↑) ou (↓) se a avaliatividade for intensificada ou diminuída

3 ANÁLISE DO EDITORIAL

O balanço de Temer

Folha de S.Paulo (29.05.2017)

Interpretação: O título prenuncia o posicionamento do editorial em relação ao governo Temer: um balanço entre pontos positivos e negativos que marcam sua atuação e as questões contextuais que assim o caracterizam.

Ao longo de um ano no Palácio do Planalto, <u>Michel Temer</u> (PMDB) conseguiu	
Ator	
<u>ESTANCAR</u>	<u>a degradação dramática da economia</u> – o que não CONTEVE
Pr. Material	Meta
[Avaliação Social (+)]	
o <u>REPÚDIO</u> a seu governo,	<u>de impopularidade comparável</u>
Meta	
[Avaliação Social (-)]	[Avaliação Social (-)]
<u>à de mandatários depositos após a redemocratização do país.</u>	

Interpretação: De fato, malgrado alguns bons resultados – estancando a degradação da economia, por exemplo - Temer não consegue o apoio de seu governo. Aqui, pelo processo da pressuposição (VALLUARI; MASIA, 2014), pode-se atribuir o fato ao inconformismo do povo, para o qual, assim como a presidenta Dilma sofreu o impeachment, ele, Temer, como seu vice, deveria ter tido o mesmo fim.

<u>O presidente</u>	sem votos	se VALE	<u>dessa desconexão com o eleitorado</u>
Ator		Pr. Material	
Julgamento (-)			
para IMPLEMENTAR	<u>um plano</u> de reformas	ambicioso.	
Pr. Material	Meta		
LEG futuro hipotético		[Apreciação (+)]	
<u>Caso se complete a contento,</u>	tal agenda PROVOCARÁ		
Circunstância	Pr. Material		
Modalização de probabilidade			
LEG futuro hipotético			
transformações profundas.			
[Avaliação Social (+)]			

Notemos a coesão lexical realizada por escolhas como: “conseguiu que propostas controversas fossem votadas”, “aprovou o teto para as despesas federais”, “alterou a gestão das estatais”, “u normas de concessão”, “avançou projetos”, “evitou a falência iminente de Estados”, “flexibilizou a CLT”.

A coesão lexical não é um recurso estável que liga informações no texto; é um processo dinâmico que formata o significado no texto e fornece intravisiões importantes no processo da construção da ideologia do texto. A análise da coesão lexical enfoca as repetições de itens lexicais relacionadas colocacionalmente que constroem metáforas dominantes que funcionam como temas organizacionais criando um determinado entendimento da questão em foco.

Assim, as escolhas acima podem ser consideradas expressões metafóricas que constroem a metáfora GOVERNO TEMER É UMA MURALHA (contra forças ocultas).

<u>O sucesso de tal programa</u>	ainda DEPENDE	muito	<u>da aprovação</u>
Portador	Pr. Relacional		
	Modalização	Probabilidade	Graduação (↑)
<u>da reforma da Previdência,</u>	fundamental para o equilíbrio orçamentário		
Atributo	[Avaliação Social (+)]		
<u>a longo prazo e para a retomada da confiança de empresários e</u>			
	[Avaliação Social (+)]		
<u>investidores.</u>			

Interpretação: O governo Temer enfrenta dificuldades. Pelo processo da metarrelação – a avaliação que percorre o texto – pode-se entender que o editorial considera a reforma da Previdência fundamental para a recuperação do equilíbrio orçamentário, e não apenas um entrave nas realizações da presidência. Pelo recurso da pressuposição, sabe-se que essa reforma é refutada por grande parcela da população e que, diante da impopularidade de Temer, dificilmente será consolidada em seu governo. A MURALHA não resistiria.

<u>Em conjunto, as medidas redesenham as relações de trabalho</u>
[Avaliação Social (+)]

<u>e seguridade; restringem a intervenção e o tamanho do Estado.</u> Talvez	
[Avaliação Social (+)]	Modalização probabilidade
não HAJA <u>mudanças tão profundas</u> <u>desde a Constituição de 1988.</u>	Pr.Existencial Circunstância
[Avaliação Social (+) Graduação (↑) token	[Avaliação Social (+)] token

Interpretação: Avaliações Sociais positivas mostram que o governo Temer, no saldo geral, soma conquistas positivas. Notemos que “mudanças tão profundas” e “desde a Constituição de 1988” são *tokens* de Atitude, na medida em que são positivas pelo processo da metarrelação por confirmação, bem como no contexto em que se situam. As afirmações são seguidas por uma declaração heteroglóssica (negociada com o leitor) por meio de “talvez”.

<u>O motor das transformações</u> É <u>a brutal crise econômica,</u>	Portador Pr. Relacional Atributo
[Avaliação Social (-)]	
cuja <u>superação se</u> DÁ <u>de forma claudicante.</u>	Existente Pr. Existencial Circunstância
Apreciação (-)	
<u>O rombo nas contas do Tesouro Nacional</u> foi CONTIDO,	Meta Pr. Material
[Avaliação Social (+)]	
<u>a inflação está em queda</u> e <u>os juros</u> podem	Meta Meta
[Avaliação Social (+)]	Modalização de probabilidade
ser cortados <u>em maior velocidade.</u> <u>Por deficiências de gestão e</u>	Circunstância
[Apreciação (-)] token	[Avaliação Social (-)]
<u>limitações políticas,</u> <u>o governo</u> FAZ <u>menos do que</u>	Ator Pr. Material

um conservadorismo Existente	arcaico.	<u>Exceções honrosas</u> Atributo	SÃO Pr.Relacional
[Avaliação Social (-)] <i>token</i>		[Avaliação Social (-)]	[Avaliação Social (+)]
a reforma do ensino médio e o avanço da base curricular nacional da educação.			
Portador			
[Avaliação Social (+)]			

Interpretação: Pode-se observar o processo da metarrelação por transformação que mostra mudanças de significado em relação a fase anterior por meio de mudança nas escolhas de avaliabilidade. Assim, o editorial alinha fatos avaliados socialmente como positivos ou como negativos, mostrando tentativas feitas pelo governo em prol do país, nem todas bem sucedidas. Pode-se atribuir esses fracassos – por meio da pressuposição - à dificuldade de Temer conseguir reverter sua situação de “ocupante ilegítimo do poder”, como acreditam muitos. A MURALHA É FRÁGIL.

Apesar de suspeitas difundidas [povo DIFUNDIR]		<u>desde antes de sua posse,</u> Pr. Verbal	Circunstância
[Avaliação Social (-)]			
<u>Temer</u> Ator	não CONTEVE Pr. Material	<u>investigações de corrupção.</u> Meta	
[Julgamento (+)]			
Ao menos <u>seis ministros,</u> porém, CAÍRAM Portador		(=são culpados) Pr.Relacional	Atributo
[Julgamento (-)]			
<u>em meio a casos rumorosos;</u> Circunstância		<u>oito</u> Portador	SÃO Pr. Relacional
[Avaliação Social (-)]		<u>alvos da Lava Jato</u> Atributo	
[Julgamento (-)]			
<u>(um deles</u> Ator	GANHOU Pr.Material	foro privilegiado Meta	ao ser alçado ao posto). Circunstância
[Julgamento (-)] <i>token</i>		[Julgamento (-)] <i>token</i>	
De todo modo, CONSIDERADO o imenso desafio de RESTAURAR			

Pr. Mental	Pr. Material
[Avaliação Social (-)]	
<u>a governabilidade e EVITAR um desastre econômico ainda maior,</u>	
Meta	Pr. Material
[Avaliação Social (+)]	
<u>o governo tem CUMPRIDO as tarefas centrais.</u>	
Ator	Pr. Material
[Avaliação Social (-)]	
<u>Uma eventual DERROTA na reforma previdenciária COLOCARÁ</u>	
Ator	Pr. Material
[Avaliação Social (-)]	
<u>Modaliz. Probabilidade</u>	
[Avaliação Social (-)]	
<u>muito a PERDER - bem mais, diga-se,</u>	
Pr. Existencial	Circunstância
[Aval. Social (-)]	
Graduação força (↑)	[Aval. Social (-)] (↑)
[Aval. Social (-)]	
<u>do que um balanço presidencial.</u>	
Existente	
[Avaliação Social (-)] token	
editoriais@grupofolha.com.br	

Interpretação: O verdadeiro problema a ser enfrentado por Temer – a reforma da Previdência – surge no último estágio do editorial. Pelo processo da metarrelação, o leitor é persuadido a: (a) entender que, para conseguir a aprovação da reforma, o governo precisa contar com a o apoio do povo e (b) que esse apoio não tem sido atingido pelo governo Temer, e nem o será a concluir pela metarrelação de transformação com base na implicatura e na pressuposição presentes no frame do povo. A MURALHA PODE RUIR.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O artigo tem como meta responder às seguintes perguntas: (a) com referência à representação do governo Temer, que papel exerce a implicatura/pressuposição no processo persuasivo do editorial analisado? (b) qual é a importância da coesão lexical no processo metafórico da persuasão? (c) Qual é a contribuição da avaliatividade nesse processo?

O editorial “O balanço de Temer” tem como objetivo mostrar os prós e os contra nas etapas iniciais do governo Temer, para mostrar dois fatos: (a) a pequena adesão do povo às suas propostas, embora muita coisa tenha conseguido ser realizada, o que, nessa etapa da

exposição do editorial, revelava a metáfora GOVERNO TEMER É UMA MURALHA, apoiada na coesão lexical do texto; (b) essa adesão mirrada do povo é indicada pelo processo da implicatura e da pressuposição e, por isso, não expressa no texto, está presente no discurso.

Quanto à avaliatividade, quase todas de Avaliação Social positivas e negativas que pela metarrelação de confirmação caracterizam positivamente o governo inicialmente. Porém, a seguir, vemos ocorrer a metarrelação de transformação em que avaliações positivas alternam-se com as negativas, mostrando as realizações e as dificuldades de implantar as reformas planejadas. A metáfora nesta fase é a seguinte: A MURALHA É FRÁGIL.

Finalmente, surge o desafio maior, cuja consecução é vital para o Brasil, diante do déficit das contas públicas: a reforma da Previdência. Porém, pelo processo da metarrelação de transformação, com o apoio de implicaturas e da pressuposição, que apontam para a sua escassa popularidade, pode-se concluir que o governo Temer não conseguira esse feito. A MURALHA É DESTRUTÍVEL.

REFERÊNCIAS

- CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus Approaches to Critical Metaphor Analysis*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2004.
- Ducrot, Oswald. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.
- EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. Londres: Continuum International Publishing Group, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- _____. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1995.
- FOWLER, R.; HODGE, R.; KRESS, G. e TREW, T. *Language and Control*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979, p. 195-196.
- FREGE, Gottlob. (1892). Sobre o Sentido e a Referência. In: ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.
- _____. *Language in the news*. Londres: Routledge, 1991.
- GARNER, Richard. Presupposition in Philosophy and Linguistics. In Fillmore, Charles J. and Langendoen Terrence D. (eds.), *Studies in Linguistic Semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971, p. 22-42.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: P. Cole e J. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics: v. 3, Speech acts*. New York: Academic Press, 1975, p. 41-58.
- HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. Londres: Arnold, 1985 e 1994.
- _____. *Language as Social Semiotics: the social interpretation of language and meaning*. Baltimore: University Park Press, 1978.
- _____. *Spoken and written language*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- _____ & HASAN, R. *Language, Context & Text – Aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford Univ. Press. 1989.
- _____ e MATHIESSEN, M. I. M. *Construing experience through meaning: a language based approach to cognition*, London, New York Cassell, 2004.
- HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation: An Introduction*. In: S. Hunston; G. Thompson (eds.) *Evaluation in Text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.142-175.
- KRESS, Gunther R. Reading Power. In *Language as ideology*. London: Routledge, 1993.
- KRESS, Gunther R. e HODGE, Robert Ian Vere. *Language and ideology*, 1979.
- KITIS, E.; MILAPIDES, M. *Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse - A case study*. *Journal of Pragmatics*, v. 28, p. 557-590, 1997.

- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphor We Live By*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- LEMKE, Jay L.. Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientations in text semantics. *Functions of Language*, 1998, p. 33-56.
- LI, Juan. Transitivity and lexical cohesion: Press representations of a political disaster and its actors. *Journal of Pragmatics*, 2010, p. 34-58.
- LOW, G.D. Validating metaphor research projects. In L. Cameron & G.D. Loew (eds.), *Researching and applying metaphor*. UK: CUP, 1999.
- MACKEN-HORARIK, M. *Appraisal and the special instructiveness of narrative*. *Text* 23.2, 2003, p. 285-312.
- MARTIN, J. Beyond Exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON S.; THOMPSON, G. *Evaluation in Text – Authorial Stance and the Construction of Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- REYNOLDS, M. The blending of narrative and argument in the generic texture of newspaper editorials. *International Journal of Applied Linguistics*, v.10, n.1, 2000, p. 25-40.
- STRAWSON, Peter F. Identifying Reference and Truth-Values. *Theoria*: 1964, pp. 96-118.
- THOMPSON, G. Acting the part. Lexico-grammatical choices and contextual factors. In Moheesen Ghadessy (eds.). *Text and context in functional linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1998, p. 101-124.
- VALLUARI, Edoardo Lombardi; MASIA, Viviana. Implicitness impact: Measuring texts*. *Journal of Pragmatics*, 61, 2014, p. 161-184.
- VAN DIJK, T.A. *Ideology: A Multidisciplinary Approach*. London: Sage, 1998.
- VESTERGAARD, T. *That's not News: Persuasive and Expository Gêneros in the Press*. In: TROSBORG, Anna (ed.) *Analysing Professional Gêneros*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publ.Co., 2000.

ANEXO

O balanço de Temer

Folha de S.Paulo (29.05.2017)

Ao longo de um ano no Palácio do Planalto, Michel Temer (PMDB) conseguiu estancar a degradação dramática da economia —o que não conteve o repúdio a seu governo, de impopularidade comparável à de mandatários depostos após a redemocratização do país.

O presidente sem votos se vale dessa desconexão com o eleitorado para implementar um plano de reformas ambicioso. Caso se complete a contento, tal agenda provocará transformações profundas.

Seu governo, organizado em uma espécie de semiparlamentarismo, conseguiu que propostas controversas fossem votadas pelo Congresso em ritmo raro.

Aprovou-se o teto para as despesas federais. Alterou-se a gestão das estatais e do setor de petróleo. Reviram-se normas de concessões de obras e serviços públicos. Avançam projetos destinados a evitar a falência iminente de Estados e a flexibilizar a CLT.

O sucesso de tal programa ainda depende muito da aprovação da reforma da Previdência, fundamental para o equilíbrio orçamentário a longo prazo e, de imediato, para a retomada da confiança de empresários e investidores.

Em conjunto, as medidas redesenham as relações de trabalho e seguridade; restringem a intervenção e o tamanho do Estado. Talvez não haja mudanças tão profundas desde a Constituição de 1988.

O motor das transformações é a brutal crise econômica, cuja superação se dá de forma claudicante. O rombo nas contas do Tesouro Nacional foi contido, a inflação está em queda e os juros podem ser cortados em maior velocidade.

Por deficiências de gestão e limitações políticas, o governo faz menos do que deveria pela retomada. O plano de concessões em infraestrutura, essencial para compensar a míngua do investimento público, mostra pouco resultado.

A permissão para saques de contas inativas do FGTS foi, ao menos, uma ideia original para atenuar a recessão, embora nem a medida de apelo popular tenha melhorado o prestígio presidencial.

Afora a economia, é medíocre o desempenho da maior parte do ministério de nomes pouco expressivos, no qual predomina um conservadorismo arcaico. Exceções honrosas são a reforma do ensino médio e o avanço da base curricular nacional da educação.

Apesar de suspeitas difundidas desde antes de sua posse, Temer não conteve investigações de corrupção. Ao menos seis ministros, porém, caíram em meio a casos rumorosos; oito são alvos da Lava Jato (um deles ganhou foro privilegiado ao ser alçado ao posto).

De todo modo, considerado o imenso desafio de restaurar a governabilidade e evitar um desastre econômico ainda maior, o governo tem cumprido as tarefas centrais. Uma eventual derrota na reforma previdenciária colocará muito a perder —bem mais, diga-se, do que um balanço presidencial.

editoriais@grupofolha.com.br